



# Africa Capital

## Energias renováveis são forte aposta a que Portugal está atento

Ainda há mais de 570 milhões de africanos sem acesso a eletricidade, mas uma sucessão de investimentos avultados e de projetos inovadores promete solucionar o problema. Países como Marrocos e o Quênia tomaram a dianteira e a EDP tem uma verba reservada para a aquisição de empresas em países emergentes, esperando que os “quadros regulatórios sejam revistos no sentido de permitir investimentos em grande escala e sustentáveis”. ● P6



### GEOPOLÍTICA

## Rússia quer recuperar influência perdida depois do fim da União Soviética

Cimeira que juntou 43 chefes de Estado e de Governo africanos em Sochi é apenas um dos passos da ofensiva de Putin no continente africano. ● P2

### ELEIÇÕES

## Guiné-Bissau tenta ultrapassar impasse político com a escolha do Chefe de Estado

José Mário Vaz procura reeleição, mas o favorito nas eleições de domingo é o ex-primeiro-ministro Domingos Simões Pereira. ● P4

### ENTREVISTA

## “Somos um mercado aberto e Portugal é um investidor importante”

Primeiro-ministro de Cabo Verde lembra que a instalação de centrais fotovoltaicas e eólicas é feita por concurso público. ● P7



Ulisses Correia e Silva  
Primeiro-ministro de Cabo Verde

## O milhão que veio do frio



Leonardo Ralha  
Subdiretor do Jornal Económico

Enquanto Donald Trump assenta a ambição de tornar a América grande de novo numa lógica (literalmente) intramuros, Vladimir Putin não descansará até elevar a Rússia ao patamar de influência global que em grande parte do século XX foi atingido pela União Soviética. Em certos casos isso implica sobretudo recursos militares, como na anexação da Crimeia, no apoio ao separatismo no leste da Ucrânia ou na presença na guerra civil síria, mas noutras

**Vladimir Putin não descansará até elevar a Rússia ao patamar de influência global em grande parte do século XX foi atingido pela União Soviética**

ocasiões será mais prático e vantajoso para o regime de Moscovo recorrer às armas como parte de uma fórmula mais complexa.

Assim ocorre com o esforço para recuperar o tempo perdido em África. Iniciativas como a cimeira que teve lugar na cidade russa de Sochi, conhecida estância de desportos de neve que dificilmente pode contrastar mais com o continente que chegou a ser o maior importador de marxismo-leninismo, são uma porta entrea-

berta para recuperar países que encontraram outros parceiros desde o final da Guerra Fria (livre do prefixo “Primeira” não se sabe até quando). E apesar do poderio económico da China, da influência histórica dos países da União Europeia e do poder de atração de superpotência que os Estados Unidos mantêm, ninguém duvida que os milhões que vêm do frio serão bem-vindos em países ainda necessitados de muito investimento. ●

## ÁFRICA CAPITAL PERSPETIVA

CAPITAL AFRICANO

## A nova energia de África



TATIANA ENGELBRECHT  
Jornalista

É habitual, quando falamos de África, falarmos nos problemas. Ou então meramente nas “oportunidades”, como se fossem uma miragem.

Aqui, no África Capital, queremos falar de soluções. De respostas concretas para problemas concretos. Daquilo que está a ser feito. Daquilo que, como diz o professor Carlos Lopes num artigo nesta edição dedicado aos projetos de energias renováveis, é a realidade em países como o Gana, onde a partir da gestão de resíduos se criou um projeto de geração de energia para milhares de famílias.

Electricidade é algo que nos países ocidentais tomamos como adquirido. Mas centenas de milhões de pessoas no continente africano não têm acesso a ela. Não ter acesso a ela significa não ter acesso a outras coisas que para nós são básicas, como um frigorífico, ou poder carregar um telemóvel em casa. Ainda pior, significa uma criança não poder estudar à noite.

Mas esta é uma realidade em transformação em muitos países africanos, como demonstram os casos que destacamos no nosso artigo sobre as energias renováveis no continente. Cabo Verde, um país lusófono, está claramente na dianteira do processo, como explica ao África Capital o primeiro-ministro Ulisses Correia e Silva, e elucidam exemplos trazidos pelo nosso correspondente no país. Mas também Marrocos, conforme nos refere o embaixador em Lisboa, está a fazer uma aposta neste domínio que tem todos os ingredientes para con-

seguir operar uma transformação económica – aumentando o acesso e abrindo novas regiões do país ao investimento e ao crescimento.

No caso concreto de Marrocos, Portugal poderá até participar diretamente em alguns dos projetos, dada a proximidade geográfica. O que constituiria uma interessante alternativa à dependência de um combustível fóssil – o gás natural – importado da Argélia, um país que está a viver tempos de elevada tensão política, que aumentam o risco sobre a capacidade de exportação de gás natural.

Muitos dos novos projetos em curso contam com a participação de empresas ocidentais. A EDP Renováveis é uma delas, tendo recentemente reforçado a sua aposta em Moçambique e países vizinhos, com a aquisição de uma empresa já ativa no terreno.

Muito do futuro de África será decidido pela capacidade de aumentar o acesso à eletricidade, comunicações móveis e redes de transportes. Dar atenção a estas soluções é também encorajar os muitos que trabalham todos os dias pela boa governação destes países. ●

**Muito do futuro de África será decidido pela capacidade de aumentar o acesso à eletricidade, comunicações móveis e redes de transportes**



GEOPOLÍTICA

# Putin atrás do tempo perdido

Rússia quer recuperar terreno à China, Estados Unidos e União Europeia, potenciando exportações e interesses no petróleo, minas ou armamento.

TATIANA ENGELBRECHT  
tatiana@afriacapital.net

As fotos mostram um helicóptero modelo Mi-17, de fabrico russo, camuflado, mas descaracterizado de elementos de qualquer força aérea, a ser descarregado de um Antonov – também de fabrico russo. Já depois de estas fotos circularem nas redes sociais, no final de setembro, soube-se que o local de descarregamento foi o aeroporto de Nampula, no norte de Moçambique. E que os helicópteros (três) destinavam-se a apoiar as forças

moçambicanas que se encontram no terreno a combater guerrilheiros na província de Cabo Delgado.

Fontes das Forças de Defesa e Segurança (FDS) moçambicanas confirmaram ao jornal “Carta de Moçambique” que foi um Antonov An-124 da Força Aérea russa que transportou os helicópteros até Nampula. A Embaixada russa negou qualquer envolvimento oficial nas ações em curso em Cabo Delgado. Mas, de acordo com o serviço de informação Africa Monitor, os aparelhos, bem como outro equipamento e paramilitares, estão ao serviço de uma empresa privada, a Wagner, com fortes

ligações à cúpula dos serviços de segurança russos.

A chegada de operacionais russos ao terreno foi antecedida de contactos ao mais alto nível entre os dois países, incluindo com o presidente moçambicano, Filipe Nyusi. Já depois das eleições que ditaram a sua recondução, Nyusi deslocou-se à cidade russa de Sochi para a Cimeira Rússia-África, realizada a 23 e 24 de outubro. Foi um dos 43 chefes de Estado ou de Governo que participaram no evento que o professor universitário Jaime Nogueira Pinto considera ter sido uma “reabertura à África”.



“Economicamente, a Rússia não se pode comparar nem aos Estados Unidos nem à China, que são a primeira e a segunda economias mundiais”, diz Nogueira Pinto ao *África Capital*. Mas, estrategicamente, a Rússia de Vladimir Putin, “com esta nova política africana” pretende reforçar “alguns dos contactos e influências tradicionais da ex-União Soviética, junto dos movimentos independentistas”, além de potenciar a sua exportação e interesses nas áreas do petróleo e gás, da mineração, por exemplo diamantífera, e do armamento”.

“Querem também, numa cooperação entre o Estado e os privados, garantir serviços de segurança, como vem fazendo a companhia militar privada Wagner, que está a atuar desde outubro em Moçambique, Cabo Delgado, não com grandes resultados no terreno”, acrescenta o professor.

O relacionamento da Rússia com os países africanos é longo e vasto. A ex-União Soviética (URSS) foi ator principal do pós-independência da maioria dos países africanos, incluindo lusófonos – e feroz opositor dos Estados Unidos. Xavier Figueiredo, jornalista e analista de assuntos africanos, recorda que já na década de 1950 a URSS, impelida e legitimada pelas teorias libertadoras de Bandung e da IV Internacional,

**Dos tempos da URSS ficaram programas de cooperação militar importantes ainda hoje, nomeadamente com Angola e Moçambique. E ligações a chefes de Estado que estudaram nas antigas repúblicas soviéticas, como João Lourenço ou Filipe Nyusi**

ofereceu ajuda económica, mas também apoio militar e de segurança. A República da Guiné de Sekou Touré, depois de proclamar a independência da França, foi pioneira na ligação à antiga potência, mas com condições: “Retribuiria os préstimos daquele novo amigo e aliado passando à condição de alinhado com as suas causas e absorvendo pelo menos parte da sua ideologia revolucionária como elemento inspirador do modelo de organização política e social daquele Estado nascente”.

“A experiência da República da Guiné correu mal para os russos. E, vale dizê-lo, muito pior para os próprios guineenses; a cada dia que passava o seu país não parava de mergulhar, sempre mais, num clima de penúria e desordem como nunca haviam visto no período colonial. Apontava-se o dedo aos russos e aos seus modelos estatizantes. Ainda por cima, dizia-se que não valiam grande coisa as estradas por eles construídas no país; ou que se aproveitavam do ouro encontrado nas minas de bauxite do Boké”, diz Xavier Figueiredo.

Para o analista e fundador do *Africa Monitor*, o revés da República da Guiné foi “apenas o primeiro e nem sequer o pior”. De um modo geral, o contributo para o desenvolvimento dos países foi nulo ou negativo – a estatização de

empresas devastou algumas economias. “Se na Europa do Leste as economias de direção central, ditadas pelo comunismo, tinham falhado, como não falhariam em África – sem capitais e quadros? Não é possível deixar de ver no marxismo-leninismo levado para África pela mão da precursora da Rússia moderna, como uma das causas do retrocesso dos países do continente por onde ela passou”, afirma Xavier Figueiredo.

Dos tempos da URSS ficaram programas de cooperação militar importantes ainda hoje, nomeadamente com Angola e Moçambique. E ligações a chefes de Estado que estudaram nas antigas repúblicas soviéticas, como João Lourenço ou Filipe Nyusi.

O espaço que foi da URSS enquanto parceiro dos países africanos foi, com a sua implosão, ocupado por outros países, sobretudo a China. Com empresas públicas de infraestruturas de grande dimensão, apoiadas por linhas de crédito de muitos milhares de milhões de dólares, Pequim afirmou-se como o financiador de projetos de infraestruturas, que pretende agora expandir com a iniciativa Faixa e Rota. Com um envelope financeiro de 124 mil milhões de dólares, esta visa reforçar as ligações entre Ásia, África e Europa. E já está a chegar ao terreno nalguns países da África Oriental, como o Quênia (ferrovia Mombaça-Nairobi) e Djibouti (porto). Terá a Rússia a mesma capacidade de implementar projetos de grande dimensão no terreno?

José Milhazes, jornalista especialista em assuntos russos, considera que nesta nova abordagem à África a Rússia tenciona utilizar como pontos fortes os ramos em que tem algum poder de concorrência: “Armamentos, extração de minérios, energia elétrica, construção de centrais nucleares, de caminhos de ferro, prospeção e extração de petróleo e gás, pescas.”

“Já há experiências bem-sucedidas de empresas russas em África, por exemplo, a ALROSA no campo dos diamantes em Angola, ou de outras no Zimbábue, Congo, etc. Porém, a Rússia entra no continente africano atrasada, depois dos Estados Unidos, China, União Europeia e Índia. Parece-me que as promessas e apostas anunciadas estão acima das atuais forças económicas e tecnológicas da Rússia”, diz Milhazes ao *África Capital*.

Se o novo ímpeto de Sochi corresponderá a um “virar de página ou não” permanece em dúvida. “A Rússia quer diversificar os seus mercados, pois as relações com os Estados Unidos e a União Europeia não são as melhores e as sanções devido à ocupação da Crimeia pelas tropas russas continuam em vigor”, diz Milhazes. “Resta saber se Moscovo terá meios financeiros e tecnológicos para virar essa página”, adianta. ●

## BREVES

### Angola financia-se em três mil milhões

Três mil milhões de dólares foi o valor da emissão global de Eurobonds realizada por Angola na Bolsa de Londres a 19 de novembro. Dividida em duas *tranches* e com maturidade assinalada, a emissão aconteceu após um *roadshow* liderado pela ministra das Finanças, Vera Daves, pelas cidades de Nova Iorque, Boston e Londres. As taxas de juro foram reduzidas em 25% para ambas as maturidades envolvidas na transação (10 e 30 anos). De acordo com o comunicado do departamento ministerial, a procura atingiu 8.440 milhões de dólares e reflete a confiança dos investidores estrangeiros nas reformas institucionais e económicas que estão a ser postas em prática pelo presidente João Lourenço.

### São Tomé e Príncipe lança concurso para construção de porto

O governo de São Tomé e Príncipe lançou um concurso público internacional em regime de parceria público-privada para a construção de um porto de águas profundas. Citado pela agência STP-Press, o ministro das Obras Públicas e Infraestruturas, Osvaldo Abreu, disse que o projeto visa transformar o país numa plataforma de prestação de serviços aos países de África central e ocidental, ao servir de local de transbordo de contentores e mercadorias provenientes de várias partes do mundo.

### FRELIMO pode ser investigado pelo MP

Na sequência das revelações feitas durante o julgamento de Jean Boustani nos Estados Unidos, o partido FRELIMO pode vir a ser investigado pelo Ministério Público (MP) de Moçambique. O empresário libanês é o pivô do escândalo de contratação de dívidas ilegais no país lusófono. O Centro de Integridade Pública (CIP), que acompanha o julgamento em Nova Iorque, trouxe evidências de que o partido pode ter recebido parte dos subornos.

## ELEIÇÕES

# Guiné-Bissau tem luz (ténue) ao fundo do túnel

Presidenciais deste domingo podem ser momento de viragem, embora tudo deva ficar dependente de uma segunda volta com protagonistas incertos.

TATIANA ENGELBRECHT  
tatiana@afriacapital.net

Os últimos quatro anos foram perdidos para a Guiné-Bissau. A constante guerrilha política – entre os “quartéis” do presidente José Mário Vaz e do líder do PAIGC, Domingos Simões Pereira – impediu o país de ter a estabilidade necessária para lançar políticas capazes de construir o Estado de Direito e a economia. As eleições deste domingo, 24 de novembro, poderão ser um momento de viragem.

Simões Pereira, ex-primeiro-ministro demitido por Vaz em 2015, é o favorito à eleição presidencial. Mas, segundo o sociólogo e investigador Miguel Barros, dificilmente evitará uma segunda volta. Na visão de Barros, para conseguir ser eleito já na primeira volta, Simões Pereira precisaria de uma “improvável” conjugação de circunstâncias, incluindo a desistência de outro candidato de peso, Carlos Gomes Júnior, e ainda de candidatos próximos do PAIGC, do chamado “espaço de concertação democrática” – Iaiá Djaló, Vicente Fernandes, Idrissa Djaló.

Vaz apresenta-se às eleições sem o respaldo do partido que esteve consigo nas últimas presidenciais, o PRS, que preferiu apoiar Nuno Na Bian. Outro partido próximo do atual presidente, o MADEM-G15, de Braima Camará, apoia Umaru Sissoco Embaló. Gomes Júnior, Na Bian e Embaló deverão disputar com Vaz a passagem a uma segunda volta, contra Simões Pereira. Para o resultado final será decisivo qual dos dois mais votados conseguirá cativar o apoio de rivais afastados na primeira volta, diz Miguel Barros ao África Capital. “Será crucial os finalistas conseguirem alianças ou acordos políticos e económicos”, afirma o consultor independente de instituições como a ONU, OIT e PAM, PNUD.

A campanha eleitoral tem sido marcada por fortes tensões, entre os partidos e nas ruas. No final de outubro, Vaz chegou a demitir o Governo em funções, de Aristides Gomes (PAIGC), depois de uma manifestação violenta levar à morte de um jovem. Nomeou mesmo um novo Governo, com apoio do PRS, MADEM-G15 e de Nuno Na Bian, mas o primeiro-ministro em funções recusou demitir-se, recebendo apoio quase unânime da comunidade internacional, que temia um adiamento das eleições.

A organização regional CEDEAO, que mantém no país uma força de interposição composta por 800 homens, deu 48 horas ao Governo nomeado por Vaz para se demitir. A demissão foi quase imediata. Como resultado, diz Barros, “o Governo reforçou a sua confiança junto da CEDEAO e ganhou ao presidente no campo da legitimidade”.

Ainda assim, no período entre a nomeação e a demissão do efêmero governo, Bissau viveu dos momentos mais tensos desde o golpe militar de 2012. O Conselho de Defesa Nacional, um organismo da esfera da Presidência, chegou a recomendar às forças de segurança que entrassem em ação para desalojar os membros do Governo que se recusavam a abandonar as instalações, sob proteção da ECOMIB. Mas a ameaça de sanções internacionais por parte da CEDEAO, além de “divisões entre oficiais superiores e as chefias” travaram a ação, que poderia ter degenerado em confrontos.

A situação deverá manter-se tensa até à tomada de posse do novo presidente, no início do próximo ano. O Conselho de Segurança da ONU, entre outras instituições internacionais, repete apelos à realização das eleições dentro dos prazos previstos.

Para Domingos Quadé, ex-bastonário da Ordem dos Advogados, o novo presidente terá de começar do zero, focando-se em reimplantar a autoridade do Estado, enrai-

zar a administração da Justiça e “afirmar uma política sincera de reconciliação nacional”, para recuperar a confiança das pessoas no processo de desenvolvimento do País.

A economia formal guineense continua a depender de um produto agrícola – o caju – que é exportado cru para transformação na Índia e outros países, que o reexportam como bem de consumo final. Além de bons solos agrícolas e zonas de elevado potencial turístico, o país tem reservas identificadas de bauxite e fosfatos, cuja exploração já esteve diversas vezes planeada, mas acabou por ser travada por golpes militares ou quedas de governos. Para a população jovem, os empregos são escassos e a imigração continua a ser praticamente a única solução.

Um ambicioso programa de desenvolvimento e fomento económico, apresentado por Simões Pereira antes de ser demitido do cargo de primeiro-ministro, obteve compromissos de apoio de mais de mil milhão de euros em março de 2015 numa conferência internacional organizada em Bruxelas pela União Europeia, em que participaram mais de 70 delegações fr todo o mundo. Só a UE comprometeu-se com 160 milhões de euros, mais de 10% do PIB guineense. O plano ainda é considerado recuperável pelas autoridades guineenses.

Sobre a situação económica, Domingos Quadé sublinha que o próximo presidente terá de ser capaz de voltar a congregar aqueles que se afastaram do país, desiludidos com os acontecimentos dos últimos quatro anos. Alguns países amigos “quase nos abandonaram devido aos desastres contínuos e inoportáveis por que temos vindo a passar”, diz.

O essencial, afirma, é recuperar “a confiança do empresariado estrangeiro ou mesmo nacional sério e capaz de promover a produção, a indústria e o comércio, o que acelera o investimento, gera o emprego e arrecada os impostos”. ●





André Kosiets/Lusa

## OPINIÃO

# O fim da maldição da Guiné-Bissau?



JORGE SOUSA

Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Guiné Bissau (CCIPGB)

Ao contrário do período eleitoral de 2014/5 na Guiné-Bissau, em vésperas das eleições presidenciais de 2019 ninguém alimenta ilusões sobre os atores em presença no atual quadro eleitoral. Não restam dúvidas sobre as suas competências, propensões para a corrupção, aliados menos claros e circularidade jurídica sobre decisões políticas e vice-versa, muitas de caráter muito pouco correto. Em suma, todos sabemos quem são, e isso é bom.

É, pois, nesse sentido que a comunidade internacional devia, de forma inequívoca – nomeadamente a UE e, neste caso, Portugal – assumir um papel preponderante. É imperioso e necessário que a comunidade internacional tome parte na conjugação de esforços para a constituição de uma solução política após o ato eleitoral. É por demais cristalino que os atores em presença dificilmente chegarão a um ponto de equilíbrio para que se possam estruturar soluções governativas coerentes e que permitam o fortalecimento das instituições e o necessário *check and balance*. Nem todos os atores locais ficarão contentes com a solução que se encontrar, porém o respeito pela minoria e sua não exclusão total é um bom e sábio princípio a seguir, já o afirmava Tocqueville.

Haja uma ou duas voltas para eleger o presidente, serão indispensáveis um conjunto de medidas que permitam que a Guiné-Bissau comece a caminhar de cabeça erguida e para o qual a comunidade internacional terá de atuar no terreno de forma resoluto. A saber: 1) o estabelecimento de um governo de coligação (nenhum par-

tido tem maioria absoluta), com a inclusão de mulheres em postos de relevo e tendo em conta as várias etnias, regiões e religiões; 2) a manutenção das forças da CEDEAO; 3) o estabelecimento de protocolos de cooperação e formação de militares/polícias de forma a garantir a plena soberania e a redução do risco-país em temas como tráfico, células de terrorismo (hoje em dia não visíveis, mas de risco potencial), roubo despudorado das reservas de peixe, controlo de fronteiras, reforma das alfândegas e controlo do espaço aéreo; 4) a séria creditação de um corpo de embaixadores e diplomático para que se evitem problemas com chancelarias; 5) a dotação de condições para que os tribunais funcionem de forma independente e sem pressões.

Os postulados acima, detalhados, assinados em documento tornados público por todas as partes envolvidas, nomeadamente o futuro presidente eleito e o governo assente no parlamento, deverão ser-

**É imperioso e necessário que a comunidade internacional tome parte na conjugação de esforços para a constituição de uma solução política após o ato eleitoral. É por demais cristalino que os atores em presença dificilmente chegarão a um ponto de equilíbrio para que se possam estruturar soluções governativas coerentes**

vir como uma magna carta para a estabilidade.

Contudo, se nos princípios acima será fácil assumir um quase consenso, ao nível da infraestrutura económica as coisas poderão tornar-se mais complicadas. Cerca de 70 a 80% das receitas do orçamento de Estado são provenientes de dadores, ou seja, o Estado não tem meios para cumprir a maior parte das suas funções, mesmo as mais primárias. E aí, a comunidade internacional, nomeadamente a UE, não se pode refugiar numa duplicidade de posição, que consiste basicamente em lançar programas que muitas vezes não têm efeito prático e o dinheiro é gasto ou desaparece e o resultado final é pouco mais que nulo.

Desde há vários anos que a Guiné-Bissau possui um programa mais um menos sistematizado e que comumente se designa por Terra Ranka, onde se enunciam os principais eixos de desenvolvimento em termos estratégicos. Contudo, não é um plano operacional, nem seria essa a intenção ao ser criado. Porém, é uma boa base de partida, pese não ter em conta uma sistemática integrativa na CEDEAO e de posicionamento no atual cenário mundial. Quanto à dimensão operacional económica, aí temos os desafios da realidade concreta e as opções a tomar para o futuro da Guiné e, neste ponto, e pelo que li nas diversas candidaturas, seja nas legislativas quer nas presidenciais, não fiquei esclarecido.

E tal desiderato seria difícil pela simples razão de que sem o dinheiro da comunidade internacional e respetivo controlo nada se poderá fazer, num país onde tudo está por fazer. E por um assomo de consciência de todos nós e por respeito por aqueles que puramente ainda acreditam que nós os podemos ajudar, não se deveria perder esta oportunidade, pois podemos correr o risco de um dia ao acordar e, ao irmos trabalhar para um futuro melhor, sermos tomados pelo arrendimento de não termos aniquilado a maldição da Guiné-Bissau. ●

## INVESTIMENTOS

# Energias renováveis ligam economias africanas à ficha

Num continente onde mais de 570 milhões não têm acesso à eletricidade, a geração de energia solar e eólica representa oportunidades de negócio, possibilidade de melhoria de vida e promessa de um futuro sustentável.

**TATIANA ENGELBRECHT\***  
tatiana@afriacapital.net

Mais de 570 milhões de pessoas não têm acesso à eletricidade na África subsaariana. A saída para virar essa chave pode estar na natureza. Ou até no telemóvel. Até 2050, a Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA) estima que 85% do fornecimento do planeta virá de fontes limpas. A África tem condições geográficas favoráveis à exploração de energia solar fotovoltaica e eólica, tanto para abastecimento interno quanto para exportação. Investimentos robustos no setor e projetos inovadores espalham-se pelo continente. Em países como Marrocos, Quênia, Angola e Cabo Verde a evolução rumo a uma economia menos dependente dos combustíveis fósseis vai de vento – e sol – em popa.

Para atingir a meta de 52% de participação de energias renováveis até 2030, Marrocos está a realizar projetos de grande envergadura. Bons exemplos são o parque eólico de Tarfaya, um dos maiores de África, e o complexo de energia solar Noor-Ouarzazate, o maior do mundo, com 500 MW de capacidade instalada, o suficiente para as necessidades de uma cidade com um milhão de habitantes. A aposta é crucial para Marrocos, que não produz gás nem petróleo e importa 95% de sua energia. Entre 2008 e 2018, a participação das fontes renováveis na matriz marroquina saltou de 2% para 38%. O país já ocupa o quinto lugar no Índice de Desempenho das Alterações Climáticas de 2019, só atrás da Suécia, na quarta posição (nenhum país atingiu as metas estabelecidas para os três primeiros lugares).

A energia também é um tema central nas relações com Portugal, por efeito do projeto de interligação elétrica. Em fase final de estudos de viabilidade, a obra exigirá recursos da ordem de 700 milhões de euros e vai permitir a importa-

ção e exportação de eletricidade, sobretudo de origem renovável, a um custo mais baixo.

Outro país na dianteira de projetos de grande porte no setor é Quênia, que já tem 70% da sua energia proveniente de fontes renováveis, mais de três vezes a média global. Apesar disso, um em cada quatro quenianos não tem acesso à eletricidade. Em julho, o país inaugurou o maior parque eólico de África, resultado de um investimento de 632 milhões de euros. As 365 turbinas à beira do lago Turkana têm capacidade instalada de 310 MW e vão produzir 17% da energia do país. O presidente Uhuru Kenyatta quer transformar o Quênia num líder global em energia limpa e chegar a 100% de participação das energias renováveis já em 2020.

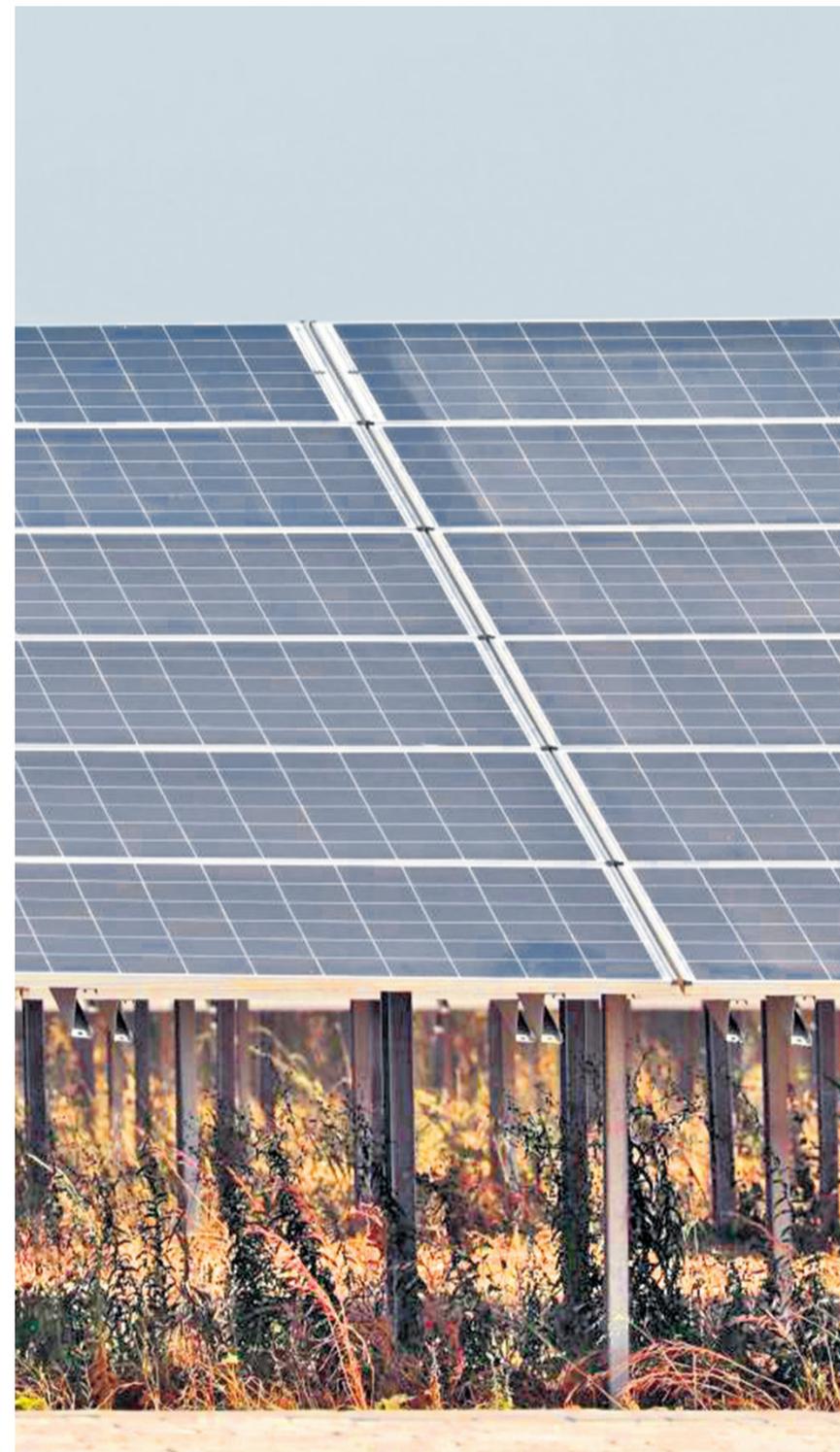
Com investimento de mais de 160 milhões de euros do grupo espanhol V&V Rending arranxa em janeiro a construção do primeiro parque eólico de Angola. Com capacidade de geração de 104 MW/H, será instalado na província de Malanje. O projeto no país é de longo prazo e prevê a construção de outros dois parques eólicos, que devem beneficiar 2,8 milhões de pessoas. Segundo o Ministério da Energia e Águas, a energia produzida hoje em Angola é distribuída para apenas 40% da população. “O acender e apagar de lâmpadas em minha casa marcou a minha infância e sei da importância de participar de um projeto que estabelece um novo conceito de vida para muitas famílias”, diz João Nelson, administrador da V&V Rending em Angola, ao África Capital.

Recentemente, o coordenador dos fundos de energias renováveis do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), João Sarmiento Cunha, referiu que o acesso universal à eletricidade até 2030 – um dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos pela ONU – é um foco estratégico do banco e exige uma mobilização de recursos

## REVOLUÇÃO ENERGÉTICA: BASTA UM TELEMÓVEL

Mais de três milhões de pessoas sem acesso à eletricidade na África Oriental já podem usar telefones, luzes, rádios, frigoríficos e pagar pelo serviço via telemóvel. A inovação chegou pelas mãos da M-KOPA, “startup” de energia criada no Quênia por Jesse Moore e Nick Hughes. A empresa oferece sistemas domésticos de energia solar a um preço acessível e pessoas de áreas rurais e de baixa renda. O ‘kit’ básico da M-KOPA inclui um painel solar, um carregador para vários dispositivos, luzes, rádio e um cartão SIM pré-pago. O pagamento resume-se a um depósito inicial de 35 dólares, seguido de 365 pagamentos de 45 centavos. Depois de um ano, os clientes passam a ser proprietários do sistema. A solução já chegou a 800 mil casas no Quênia, Tanzânia e Uganda.

O canadiano Jesse Moore, cofundador da M-KOPA, esteve em Lisboa para a Web Summit e explicou que a sua empresa oferece uma oportunidade de financiamento ao consumidor quase como uma hipoteca, onde este paga uma pequena quantia adiantada e o restante em prestações de pequeno valor ao longo do tempo (“kopa” quer dizer empréstimo em suaíli). Até 2030, a M-KOPA espera levar energia limpa a 20 milhões de pessoas. Os planos incluem novas opções de financiamento, aumento da capacidade de carregamento solar e pacotes adicionais de produtos. Em fevereiro, a empresa lançou as suas primeiras televisões de ecrã plano. “Eu apostaria que as economias em desenvolvimento poderão saltar da pré-eletricidade para uma eletricidade muito moderna e, com sorte, isso pode mostrar ao resto do mundo caminhos para ajudar a salvar o planeta”, referiu Jesse Moore no evento.



em África da ordem de 54 a 81 milhões de euros por ano. O investimento nas fontes eólica e solar, o financiamento de projetos de pequena e média escala e a criação de negócios inovadores, devem ser as principais estratégias.

O tema está no radar da EDP, que lançou a segunda fase do programa A2E – Access to Energy, que prevê investimento de 12 milhões de euros até 2020 na aquisição de empresas em países emergentes com soluções sustentáveis de acesso à energia. Através do programa, a EDP adquiriu em 2018 uma participação minoritária na SolarWorks!, empresa de energia solar com operação em Moçambique e Maláui. No mesmo ano, lançou o Fundo A2E, que apoiou projetos de energia limpa em Moçambique, Quênia, Tanzânia e Maláui. A segunda edição do Fundo A2E vai destinar 500 mil euros a projetos na Nigéria. De acordo com a fonte oficial da EDP,

“é essencial que os quadros regulatórios nos países africanos sejam revistos no sentido de permitir investimentos em grande escala e sustentáveis”.

## Arquipélago de possibilidades

Em Cabo Verde, o Plano Diretor do Sector Elétrico 2018-2040 propõe atingir 30% de produção de energia a partir de fontes renováveis até 2025, conforme o compromisso assumido na Conferência das Partes de Paris (COP21). Essa fásquia será elevada para 50% em 2030. A taxa de penetração dessas energias no arquipélago já é uma das mais altas da África Subsaariana, com cerca de 20%. Embora a energia eólica corresponda à maior parte do total (19%), a solar fotovoltaica está a ganhar espaço, tendo em conta a redução dos preços desta tecnologia e os baixos custos de manutenção.

A Cabeólica tem quatro parques



ENTREVISTA **OTHMANE BAHNINI** Embaixador de Marrocos em Portugal

## “Nos últimos anos chegaram a Marrocos grandes grupos portugueses”

O embaixador de Marrocos em Portugal, Othmane Bahnini, falou ao África Capital sobre a estratégia de diversificação da matriz energética do país, as oportunidades de investimento para empresas portuguesas e o ponto de situação do projeto que prevê a interconexão elétrica entre Marrocos e Portugal.

**Marrocos tem objetivos ambiciosos no setor das energias renováveis. Estes objetivos são atuais e expectáveis?**

A poucas semanas de completar o prazo intermédio de 2020, as conquistas são animadoras. A parcela da energia renovável no cabaz energético passou de menos de 2% em 2008 para 38% no final de 2018. Assim, Sua Majestade o Rei iniciou vários projetos de grande envergadura, tais como a maior central solar concentrada do mundo, situada no sul de Marrocos, na cidade de Ouarzazate, e vários parques eólicos, incluindo Tarfaya, um dos

maiores da África. Esses projetos ambiciosos provam que a meta de 42% será alcançada em 2020.

**Que peso tem atualmente o investimento português neste setor em Marrocos? Há espaço para novos players portugueses no mercado?**

Marrocos não é produtor de gás nem de petróleo. Importa cerca de 95% de suas necessidades em energia. Para lidar com essa dependência energética e por iniciativa de Sua Majestade o Rei, Marrocos lançou em 2009 uma estratégia ambiciosa para cobrir, até 2030, 52% do seu consumo com energias renováveis e, assim, reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa. No entanto, o investimento direto português em Marrocos no campo das energias renováveis, apesar de crescente, permanece relativamente pequeno. Os investidores portugueses têm muitas oportunidades para explorar em Marrocos nesta área, dada a proxi-

midade geográfica e as excelentes ligações entre Marrocos e Portugal. Marrocos e Portugal partilham as mesmas preocupações sobre a eficiência e eficácia energética.

**A interconexão elétrica por cabo entre os dois países tem preenchido grande parte da agenda bilateral económica nas últimas cimeiras. Qual é o ponto de situação do projeto? O investimento português presente em Marrocos caracteriza-se pela**



**OTHMANE BAHNINI**  
Embaixador de Marrocos em Portugal

diversidade, em termos da dimensão das empresas e em relação aos setores em que atuam. Atualmente 394 empresas são de origem portuguesa. Isso demonstra o crescente interesse dos investidores portugueses em Marrocos. Vimos nos últimos anos a chegada a Marrocos de grandes grupos portugueses, tais como o Simoldes, no setor automóvel, ou o Tecnimede, no setor farmacêutico. Com o programa de aceleração industrial e abertura ao mundo, e com a assinatura de acordos de livre comércio com a Europa, Estados Unidos, Turquia e alguns países árabes e africanos, Marrocos constitui um *hub* atraente para investimentos. O projeto para criar uma interconexão elétrica constituirá um elo físico entre Marrocos e Portugal e posteriormente contribuirá para a criação de um verdadeiro centro regional de energia. Os estudos de viabilidade estão quase finalizados. Espero que em breve passemos à fase de realização. ●TE

ENTREVISTA **ULISSES CORREIA E SILVA** Primeiro-ministro Cabo Verde

## “Portugal é um investidor importante e há outros países europeus interessados”

O custo da energia em Cabo Verde é um dos mais altos do mundo. A dependência dos combustíveis fósseis e do exterior contribuem para uma conta demasiado salgada. Para mudar esse cenário, o governo do país quer chegar a 100% de participação das fontes renováveis em 2040. Em visita a Portugal em novembro, o primeiro-ministro de Cabo Verde, Ulisses Correia e Silva, falou ao África Capital.

**A energia em Cabo Verde é uma das mais caras do mundo. Quais são os motivos para esse custo elevado?**

Somos dependentes a quase 100% dos combustíveis fósseis e, portanto, estamos sujeitos à fixação e às alterações dos preços internacionais. Além disso, somos um país pequeno e arquipelágico, o que significa que temos mercados fragmentados, o que torna o custo da energia mais elevado. Por isso, estamos a apostar fortemente nas energias renováveis, sobretudo no aumento da penetração das energias solar e eólica.

**Cabo Verde tem perspetivas de**

**desenvolvimento de projetos baseados em outras fontes?**

Essencialmente, estamos a trabalhar com as fontes solar e eólica. Neste momento, temos cerca de 20,5% de penetração dessas energias. Nossa meta é chegar a 30% em 2025, 50% em 2030 e aos 100% em 2040. É a meta para podermos não só reduzir nossa dependência externa como também contribuir para a descarbonização e redução do efeito estufa. Estamos a introduzir também a mobilidade elétrica, por meio da substituição progressiva de viaturas movidas a combustível por veículos elétricos.

**Há programas de cooperação no setor com outros países de África?**

Sim, em Cabo Verde está sediada uma entidade que representa os países da África Ocidental [Centro para as Energias Renováveis e a Eficiência Energética, CEREE]. É através dessa entidade que fazemos a maior parte das colaborações. Portugal é um dos nossos grandes parceiros institucionais. Temos também investidores privados. Quando eu digo que queremos

chegar a 50% de penetração de energias renováveis em 2030, dois terços do investimento de cerca de 400 milhões de euros necessário serão privados.

**Quais são os principais entraves ao crescimento dos projetos baseados em energia limpa no país?**

Temos construído um quadro favorável, não só em termos de in-

vestimento como também de incentivos fiscais, financeiros e aduaneiros. São benefícios para que as empresas possam colocar a sua produção nas redes de abastecimento. Temos um mercado regulado, o que faz com que haja confiança, estabilidade e previsibilidade na relação com os produtores, o governo e outras entidades. De qualquer forma, é um quadro de desenvolvimento progressivo, a ser acompanhado pelo desenvolvimento de políticas e atração de investimentos.

**A China é um importante parceiro comercial de Cabo Verde. No setor de energias renováveis há investimentos em curso?**

Ainda não há muito investimento chinês no setor das energias renováveis em Cabo Verde. Somos um mercado aberto e os concursos para a instalação de centrais fotovoltaicas e eólicas são feitos por concurso público. Em termos de investimento estrangeiro, Portugal é um investidor importante e há outros países europeus interessados. ●TE



**ULISSES CORREIA E SILVA**  
Primeiro-ministro de Cabo Verde

eólicos em funcionamento: nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal e Boa Vista. Trata-se do maior projeto de energias renováveis jamais implementado no país e o primeiro projeto eólico de grande escala na região da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). O administrador da empresa, Antão Fortes, destaca a estabilidade política, o ambiente legal e regulatório favorável e a política de sustentabilidade como “fatores que transmitem confiança ao investidor”. Para este gestor, entretanto, a maior dificuldade em termos de investimento prende-se com a escala reduzida do mercado, com pouca procura de eletricidade em cada ilha. A aposta nas energias renováveis em Cabo Verde recebeu um novo impulso desde que o Governo anunciou que pretende ter 100% de carros elétricos em circulação no país até 2050. ●\*com Ana Siniley (Angola) e Daniel Almeida (Cabo Verde)

# Cabo Verde Digital quer ser a ponte para o futuro

Iniciativa lançada em Portugal pretende transformar o arquipélago num centro de startups de tecnologia e num polo de programadores altamente capacitados. Reforçar o empreendedorismo digital e atrair talentos são dois dos objetivos.

“Queremos ser o primeiro país do mundo a ensinar programação como língua estrangeira.” As palavras do secretário de Estado da Inovação de Cabo Verde, Pedro Lopes, na apresentação do Cabo Verde Digital, dão boas pistas dos planos para o futuro. O programa foi lançado em Lisboa em novembro, diante de uma plateia de mais de 200 pessoas. Liderado pelo secretário de Estado – com apoio direto do primeiro-ministro, Ulisses Correia e Silva –, pretende reforçar o sistema de empreendedorismo digital, atrair novos talentos e oferecer aos jovens cabo-verdianos condições para criar soluções e negócios inovadores, de forma a gerar a sua própria atividade produtiva e “reduzir a dependência relativamente ao Estado”, como ressaltou o primeiro-ministro.

Cabo Verde foi o único país africano a contar com um espaço próprio na cimeira tecnológica Web Summit, para onde levou dez startups focadas em negócios digitais. O investimento na participação foi de 100 mil euros. “Temos todas as condições para podermos funcionar de facto como uma plataforma em África para o desenvolvimento de tecnologias que possam ser exportáveis e contribuir também para a melhoria da eficiência da economia do país”, disse Ulisses Correia e Silva durante a cerimónia. Para suportar os planos traçados, Cabo Verde está a mobilizar várias frentes, que vão do aprimoramento do sistema educacional à criação de mecanismos de financiamento ao empreendedorismo na área da tecnologia.

Cabo Verde Digital tem parceria

com a Academia de Código, startup portuguesa que oferece formação em programação. Entre as ações previstas pelo programa, está a realização de eventos em parceria com gigantes como Google, a capacitação de jovens profissionais por meio do ensino de programação e a oferta de incentivo financeiro a startups estrangeiras que estejam interessadas em aterrisar no continente africano.

“Queremos atrair a diáspora, surpreender o mundo e mostrar que num país pequenino no meio do Atlântico estão a fazer-se coisas fantásticas na área das novas tecnologias”, rematou Pedro Lopes. A depender do entusiasmo do governante cabo-verdiano, a construção da ponte para o mundo digital está apenas a começar. ● TE



Foto cedida

## OPINIÃO

# O salto de impala de África para uma economia industrial verde



**CARLOS LOPES**

Professor da Universidade da Cidade do Cabo e membro da Comissão Global de Economia e Clima

A África enfrenta muitos desafios económicos – mas, dentro deles, há oportunidades significativas. Uma é o continente saltar diretamente da industrialização poluente e com uso intensivo de recursos para uma economia resiliente ao clima e de baixo carbono, que gerará empregos e ajudará a tirar as pessoas da pobreza.

Evitar o caminho desgastado da industrialização que atravessa décadas de uso crescente, mas ineficiente, de energia e recursos hídricos, é sem dúvida atraente. Mas como começa um continente inteiro uma manobra tão ágil? Como em todas as grandes ideias, será preciso ter uma visão e um plano. A boa notícia é que muitos líderes africanos compartilham

essa visão e determinação – e que há uma maneira de realizá-la.

Primeiro, a África precisa mudar de uma economia agrícola de baixa produtividade para uma industrial de alta produtividade. Esse é um objetivo audacioso que, em grande parte, depende da remoção de barreiras ao investimento, mas as recompensas são potencialmente grandes. Em toda a África o emprego industrial continua baixo: a maioria das pessoas trabalha na agricultura. Uma economia industrial robusta – na qual novas tecnologias não são apenas construídas, mas inventadas em África – abriria mercados globais e criaria milhões de empregos, principalmente para trabalhadores com pouca e média qualificação, jovens e mulheres. Isso será necessário, pois mais de 450 milhões de novos trabalhadores deverão entrar no mercado de trabalho africano até 2035.

Segundo, precisamos de crescimento económico que proteja o meio ambiente de África e os recursos naturais do planeta, de maneira a aumentar o bem-estar dos cidadãos de hoje e de amanhã e criar novas oportunidades de desenvolvimento. Sem cresci-

mento verde, a África – que já é previsto ser a região mais afetada pelas mudanças climáticas – ficará ainda mais vulnerável aos seus impactos. Na prática, isso significa uso mais eficiente de água e energia, adoção de tecnologias mais limpas e governos que promovam novos caminhos para a transformação estrutural.

Terceiro, e igualmente importante, precisamos da inovação e da tomada de riscos dos empreendedores de África. Eles lideram empresas pequenas, semelhantes a gazelas, dinâmicas e rápidas, com alta produtividade e potencial de crescimento rápido. Os empreendedores podem prosperar em indústrias de energia limpa em pequena escala, como energia solar doméstica, fogões limpos, gestão de resíduos e saneamento.

Juntas, a transformação económica, o crescimento verde e o empreendedorismo podem impulsionar o salto de África para uma revolução industrial verde. Se o continente orquestrar coletivamente esse esforço, as condições globais estão maduras para que essa transformação ocorra.

A tecnologia verde está a progredir e os seus custos estão a di-

minuir todos os dias. Os mercados verdes globais crescem a um ritmo acelerado, negociando desde turbinas eólicas a fertilizantes orgânicos. Em 2016, o mundo investiu 241,6 mil milhões de dólares em energia renovável, o dobro do investimento em combustíveis fósseis. “Indústrias sem chaminés”, como ecoturismo e suporte remoto de TI, estão a florescer – e trazem as vantagens económicas da fabricação sem custos ambientais.

África possui vastos recursos de energia limpa que podem liderar o mercado global de energia renovável. Possui alguns dos melhores recursos de biomassa, geotérmica, eólica e hidroelétrica do mundo. O ritmo sem precedentes de inovação é evidenciado por um rápido crescimento de sistemas domésticos solares pré-pagos, vinculados à tecnologia de pagamento móvel.

Esta não é uma visão futurista, mas uma descrição de um futuro que já está aqui. A Safi Sana, uma empresa do Gana que constrói casas de banho públicas em bairros de lata e transforma resíduos em energia, é apenas um exemplo disso. Fornece saneamento a 125.000 pessoas e energia verde a 7.500. O modelo da empresa

pode ser escalonado ou replicado em várias partes do país, tornando-se parte da solução para os 700 milhões de pessoas que atualmente não têm acesso a instalações sanitárias em todo o mundo.

São necessárias muitas diretrizes e incentivos políticos para promover essa transformação, como adotar políticas urbanas verdes para promover cidades compactas, conetadas e coordenadas; fortalecer as políticas de “impulso à exportação”, incluindo apoio às exportações ecológicas, identificando mercados e melhorando a certificação e os padrões; e investir em infraestrutura sustentável e aumentar a eficiência da infraestrutura.

Se acertarmos as políticas, podemos ter fogões que economizam combustível em todas as aldeias, indústrias dinâmicas construídas com insumos reciclados e saneamento urbano que fornece energia limpa para todos. A África já está a crescer e é rápida. A capacidade de crescer com base numa economia sustentável e inclusiva depende de aproveitar essa mudança e de nos impulsionarmos rumo à revolução industrial verde. É hora de saltarmos como uma impala para o futuro. ●